



ESTADO DO AMAZONAS  
CÂMARA MUNICIPAL DE MANAUS  
PROCURADORIA GERAL

DL/DECOM/CCJR
Propositura: PL
Nº 169/2017
Fl. nº:
Rúbrica: g

PROJETO DE LEI Nº 169/2017

AUTORIA: EXECUTIVO MUNICIPAL

ASSUNTO: ALTERA A LEI N. 1921/2014, QUE INSTITUIU O PROJETO DE EXPANSÃO E MELHORIA EDUCACIONAL DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE MANAUS - PROEMEM

PARECER PL/CMM

PROJETO DE LEI. ASSUNTO DE  
INTERESSE LOCAL. ART. 30,  
INCISO I DA CF/88 C/C ART.  
8º, INCISO I, DA LOMAN.  
LEGALIDADE.

Encontra-se nessa Procuradoria Geral, para emissão de parecer, Projeto de Lei nº 169/2017, versando sobre assunto acima mencionado.

A Carta Federal vigente consagrou os Municípios como entes da Federação, dotando-lhes de capacidade de autonormatização, ou seja, a capacidade de editar suas próprias leis, de acordo com o princípio da supremacia do interesse local.

De fato, a teor do art. 30, inciso I, da Carta Federal, *verbis*:

**"Art. 30 - Compete aos Municípios:**

**I - legislar sobre assuntos de interesse local;"**

Ainda nesse sentido, dispõe o art. 8º, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Manaus.



**ESTADO DO AMAZONAS  
CÂMARA MUNICIPAL DE MANAUS  
PROCURADORIA GERAL**

DL/DECOI/CCJR
Preparado: <i>PU</i>
Nº: <i>169/2017</i>
Fl. nº: .....
Rúbrica: <i>8</i>

**"Art. 8º - Compete ao Município:**

**I - legislar sobre assuntos de interesse local;"**

Em sendo assim, compete aos Municípios legislarem sobre assunto de predominante interesse local, respeitando sempre os princípios e normas da Constituição Federal e das leis do Ordenamento Jurídico Brasileiro.

Quanto ao tema, o projeto trata de assunto de predominante interesse local, encontrando respaldo nos artigos acima mencionados.

Ademais, conforme nos informa a própria mensagem do Chefe do Executivo, o presente projeto tem como base a Resolução n. 007/2017, do Senado Federal que autorizou o Município de Manaus a contratar operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento.

A lei n. 1921/2014, instituiu a unidade gestora, mas não houve a criação dos cargos necessários ao funcionamento da unidade.

Assim, não vislumbramos óbice que desaconselhe sua tramitação, por se tratar de questão de predominante interesse local e por estar presente a competência do Executivo para dispor sobre a matéria.

Isso posto, diante dos argumentos expostos, somos favoráveis à tramitação da propositura.

Manaus, 07 de junho de 2017.

  
**PRYSCILA FREIRE DE CARVALHO**  
Procuradora da CMM